

DDF 2024

Publicado em março de 2025



DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE 2024

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL
CONSOLIDADA



Anexo XV - Demonstrativo da Dívida Flutuante - Resolução TCEPE nº 269 de 11 de dezembro de 2024

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período			Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		Saldo para o exercício seguinte	
		Inscrição	Baixa					
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição	Baixa		
Restos a pagar (Subtotal) (Nota 1)	39.393.900,34	7.308.666,84	7.303.171,72	14.088.519,92	0,00	0,00	25.310.875,54	
Processados								
Ano 2013	2.986.248,33	0,00	0,00	2.878.811,53	0,00	0,00	107.436,80	
Ano 2014	465.968,28	0,00	0,00	5.057,08	0,00	0,00	460.911,20	
Ano 2015	1.154.580,90	0,00	0,00	637.964,46	0,00	0,00	516.616,44	
Ano 2016	2.369.508,18	0,00	0,00	25.821,39	0,00	0,00	2.343.686,79	
Ano 2017	546.428,54	0,00	0,00	471.407,73	0,00	0,00	75.020,81	
Ano 2018	1.056.494,35	0,00	0,00	152.113,36	0,00	0,00	904.380,99	
Ano 2019	7.199.541,83	0,00	0,00	5.010.461,99	0,00	0,00	2.189.079,84	
Ano 2020	3.852.862,88	0,00	0,00	593.710,17	0,00	0,00	3.259.152,71	
Ano 2021	2.234.377,76	0,00	3.000,00	687.101,13	0,00	0,00	1.544.276,63	
Ano 2022	2.826.566,64	0,00	20.000,00	1.873.179,04	0,00	0,00	933.387,60	
Ano 2023	12.402.757,16	0,00	5.819.755,44	1.421.075,45	0,00	0,00	5.161.926,27	
Ano 2024	0,00	7.187.084,92	0,00	0,00	0,00	0,00	7.187.084,92	
Subtotal dos RPP (Nota2)	37.095.334,85	7.187.084,92	5.842.755,44	13.756.703,33	0,00	0,00	24.682.961,00	
Não processados								
Ano 2019	30.454,11	0,00	0,00	30.454,11	0,00	0,00	0,00	
Ano 2020	629.664,69	0,00	0,00	149.764,75	0,00	0,00	479.899,94	
Ano 2021	29.666,67	0,00	11.000,00	18.666,67	0,00	0,00	0,00	
Ano 2022	23.394,56	0,00	0,00	19.461,88	0,00	0,00	3.932,68	
Ano 2023	1.585.385,46	0,00	1.449.416,28	113.469,18	0,00	0,00	22.500,00	
Ano 2024	0,00	121.581,92	0,00	0,00	0,00	0,00	121.581,92	
Subtotal dos RPNP (Nota 3)	2.298.565,49	121.581,92	1.460.416,28	331.816,59	0,00	0,00	627.914,54	
Depósitos (Subtotal) (Nota 4)	3.591.070,25	23.331.915,87	24.567.064,63	0,00	0,00	0,00	2.355.921,49	
CONSIGNACOES	3.587.683,93	23.320.488,28	24.555.645,80	0,00	0,00	0,00	2.352.526,41	
DEPOSITOS NAO JUDICIAIS (Nota 5)	3.386,32	11.427,59	11.418,83	0,00	0,00	0,00	3.395,08	
Total (Nota 6)	42.984.970,59	30.640.582,71	31.870.236,35	14.088.519,92	0,00	0,00	27.666.797,03	

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Bom Conselho, Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Conselho, Fundo Municipal de Saúde de Bom Conselho, Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente de Bom Conselho, Fundo Municipal de Educação de Bom Conselho, Fundo de Previdência do Município de Bom Conselho, Câmara Municipal de Bom Conselho

JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:7038520
2458

João Lucas da Silva Cavalcante

Prefeito

JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:0902139
9407

Jociéder Araujo Mineiro

Contador

Accesso em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 77fa8e33479f1679d453b9083b
CR06192943453b9083b

8



MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO, JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ebp/validaDoc.seam> Código do documento: 771a8e33-7218-45df-9934-dd455bb9083b

NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO 17 DA LEI N° 4.320/64 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO MODELO ALTERADO PELO TCE-PE CONFORME ANEXO XV DA RESOLUÇÃO TCE-PE N° 269/2024 - EXERCÍCIO DE 2024 -

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.a. Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Bom Conselho-PE, CNPJ: 11.285.954/0001-04

1.b. Natureza jurídica do órgão ou entidade: 124-4 – Município.

1.c. Domicílio do órgão ou entidade: Rua Vidal de Negreiros, nº 43 – Bairro: Centro – Cidade: Bom Conselho – Pernambuco – CEP: 55.330-000.

1.d. Dados do Gestor Municipal: João Lucas da Silva Cavalcanti – Prefeito.

1.e. Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e notas explicativas:
Jociéder Araújo Mineiro, Contador CRC-PE nº 027671/O-4

1.f. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

A natureza jurídica desta Prefeitura Municipal perante a Receita Federal do Brasil está classificada através do código 124-4 “Município” Trata-se de pessoa jurídica de direito público interno, ente dotado de autonomia e integrante da República Federativa do Brasil, previsto nos arts. 1º e 18 da Constituição Federal e no inciso III do art. 41 da Lei nº 10.406, de 07/01/2002 (Código Civil). Desenvolve atividade típica de Estado, pratica atos administrativos típicos e atípicos, celebra contratos administrativos, se sujeita a licitação no desempenho de suas funções. Suas principais atividades e atribuições exercidas pela administração direta e indireta são a administração e supervisão em assuntos fiscais, envolvendo: a administração tributária, a arrecadação de impostos e taxas sobre serviços e a investigação de sonegação, a administração orçamentária, gestão de recursos públicos e da dívida pública, o levantamento e recebimento de dinheiro e controle de seu desembolso, a administração e execução dos serviços de planejamento social e econômico de dinheiro e controle de seu desembolso, a administração e execução dos serviços de planejamento social e econômico.

1.g. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo segue a lógica conceitual do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, adaptada pelo TCE-PE conforme modelo definido no Anexo XV da Resolução TC nº 269/2024. As retenções foram contabilizadas seguindo as regras estabelecidas no IPC nº 11. Este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

1.h. Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:

A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, caso existam, conforme relação a seguir:

- 1) Prefeitura Municipal de Bom Conselho (PMBC);
- 2) Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho (CVBC);
- 3) Fundos Municipal de Saúde de Bom Conselho (FMS);
- 4) Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Conselho (FMAS);
- 5) Fundo Municipal de Educação de Bom Conselho (FME);
- 6) Fundo Municipal de Defesa da Criança e ao Adolescente de Bom Conselho (FUNDECA);
- 7) Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Bom Conselho (FPMBC).

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

2.a. Bases de mensuração utilizadas:

- Foi utilizado o regime misto nas operações orçamentárias, conforme o art. 35 da Lei nº 4.320/64 e NBCASP, sendo o regime de caixa para as receitas e o regime de competência para as despesas. Foi respeitado o Princípio do Registro pelo

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOCCIEDER ARAUJO MINEIRO, JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ebp/validaDoc.seam> Código do documento: 7758e33-7218-454f-9934-dd4553bb9083b

Valor Original seguindo como base de mensuração o custo histórico. Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo obedeceu ao disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64. A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.

- O DDF foi elaborado em modelo adaptado em conformidade ao anexo XV da Resolução TCE-PE nº 269/2024.

2.b. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DDF.

2.c. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

As políticas seguem os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, explícitos e implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Os lançamentos nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64 e a estrutura das demonstrações contábeis obedeceram às regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 10ª Edição, bem como na NBC TSP 17, que trata sobre Demonstrações Contábeis Consolidadas. Porém não há julgamentos pela aplicação destas políticas.

3. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE E SEUS ASPECTOS:

A dívida flutuante é aquela contraída pela Administração Pública, por um breve e determinado período de tempo.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida a pagar, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria. (Essas obrigações independem de autorização orçamentária por serem decorrentes de operações extraorçamentárias ou por já terem passado por um orçamento em exercício anterior). O registro dos restos a pagar, de acordo com o parágrafo único do art. 92, serão feitos por exercício e por credor distinguindo-se as despesas processadas das não processadas

4. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

4.a. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante da Lei Federal 4.320/64

- Modelo TCE-PE conforme Anexo XV -

- REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS -

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período			Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		Saldo para o exercício seguinte	
		Inscrição	Baixa					
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição	Baixa		
Restos a pagar (Subtotal) (Nota 1)	39.393.900,34	7.308.666,84	7.303.171,72	14.088.519,92	0,00	0,00	25.310.875,54	
Processados								
Ano 2013	2.986.249,33	0,00	0,00	2.878.811,53	0,00	0,00	107.436,80	
Ano 2014	485.968,38	0,00	0,00	5.057,08	0,00	0,00	480.911,20	
Ano 2015	1.154.580,90	0,00	0,00	637.964,46	0,00	0,00	516.516,44	
Ano 2016	2.369.508,18	0,00	0,00	25.821,39	0,00	0,00	2.343.686,79	
Ano 2017	546.426,54	0,00	0,00	471.407,73	0,00	0,00	75.020,81	
Ano 2018	1.056.494,35	0,00	0,00	152.113,26	0,00	0,00	904.380,99	
Ano 2019	7.199.541,83	0,00	0,00	5.010.461,99	0,00	0,00	2.189.079,84	
Ano 2020	3.882.863,84	0,00	0,00	593.710,17	0,00	0,00	3.289.153,71	
Ano 2021	2.234.377,76	0,00	3.000,00	687.101,13	0,00	0,00	1.544.276,63	
Ano 2022	2.826.556,64	0,00	20.000,00	1.873.179,04	0,00	0,00	933.387,60	
Ano 2023	12.402.757,16	0,00	5.819.755,44	1.421.075,45	0,00	0,00	5.161.926,27	
Ano 2024	0,00	7.187.084,92	0,00	0,00	0,00	0,00	7.187.084,92	
Subtotal dos RPP (Nota 2)	37.095.334,89	7.187.084,92	5.842.758,44	13.756.703,33	0,00	0,00	24.682.961,00	
Non processados								
Ano 2019	30.454,11	0,00	0,00	30.454,11	0,00	0,00	0,00	
Ano 2020	629.664,69	0,00	0,00	149.764,75	0,00	0,00	479.899,94	
Ano 2021	29.666,67	0,00	11.000,00	18.666,67	0,00	0,00	0,00	
Ano 2022	23.394,56	0,00	0,00	19.461,68	0,00	0,00	3.932,88	
Ano 2023	1.585.385,46	0,00	1.449.416,28	113.469,18	0,00	0,00	22.500,00	
Ano 2024	0,00	171.581,93	0,00	0,00	0,00	0,00	121.581,92	
Subtotal dos RPMP (Nota 3)	2.298.565,49	121.581,92	1.460.416,28	331.816,59	0,00	0,00	827.914,54	
Depósitos (Subtotal) (Nota 4)	3.591.070,25	23.331.918,87	24.547.064,63	0,00	0,00	0,00	2.352.911,49	
CONSIGNACOES	3.587.683,93	23.320.498,26	24.555.645,80	0,00	0,00	0,00	2.352.526,41	
DEPOSITOS NAO JUDICIAIS (Nota 5)	3.386,31	11.427,59	11.418,63	0,00	0,00	0,00	3.395,08	
Total (Nota 6)	42.984.970,59	30.640.582,71	31.870.236,35	14.088.519,92	0,00	0,00	27.666.797,03	

(Nota 1) RESTOS A PAGAR: O saldo dos restos a pagar ao final do exercício foi de R\$ 25.310.875,54. A seguir será feito o desmembramento dos restos a pagar em processados e não processados.

(Nota 2) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: O saldo anterior dos restos a pagar processados foi de R\$

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOCIEDER ARAUJO MINEIRO, JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE
Acesse em: <https://ce.tce.pe.gov.br/ebp/validaDoc.seam> Código do documento: 771a8e33-7218-45df-9934-dd453bb9083b

37.095.334,85. Houve inscrição no total de R\$ 7.187.084,92, pagamentos no valor de R\$ 5.842.755,44 e cancelamentos no total de R\$ 13.756.703,33. Restando, portanto, um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 24.682.961,00.

(Nota 3) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: O saldo anterior dos restos a pagar não processados foi de R\$ 2.298.565,49. Houve inscrição no total de R\$ 121.581,92, pagamentos no valor de R\$ 1.460.416,28, e cancelamentos no total de R\$ 331.816,59. Restando, restando, portanto, para o exercício seguinte apenas o valor inscrito de R\$ 627.914,54.

2.1.8.8	VALORES RESTITUÍVEIS	2.355.921,49 C
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	2.355.921,49 C
2.1.8.8.1.01	CONSIGNACOES	2.352.526,41 C
2.1.8.8.1.01.01	F RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	673,76 C
2.1.8.8.1.01.02	F CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	197.805,55 C
2.1.8.8.1.01.04	F IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	299.812,66 C
2.1.8.8.1.01.07	F ICMS	125,00 C
2.1.8.8.1.01.08	F ISS	26.315,71 C
2.1.8.8.1.01.10	F PENSAO ALIMENTICIA	7.217,54 C
2.1.8.8.1.01.11	F PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	19.892,83 C
2.1.8.8.1.01.13	F RETENCOES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	14.866,88 C
2.1.8.8.1.01.15	F RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.220.684,40 C
2.1.8.8.1.01.18	F RETENÇÃO RELATIVA A SALÁRIO FAMÍLIA NA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	0,00
2.1.8.8.1.01.99	F OUTROS CONSIGNATARIOS	565.132,08 C
2.1.8.8.1.04	DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	3.395,08 C
2.1.8.8.1.04.01	F DEPOSITOS E CAUÇOES	3.386,32 C
2.1.8.8.1.04.99	F OUTROS DEPOSITOS	8,76 C
Total:		2.355.921,49 C

(Nota 4) DEPÓSITOS: O saldo final dos depósitos foi de R\$ 2.355.921,49.

(Nota 5) CAUÇÕES: O saldo final para as cauções foi de R\$ 3.395,08. Estes valores estão em conta bancária específica e devem ser devolvidos as empresas ao final do certame licitatório.

(Nota 6) ANÁLISE DA LINHA TOTAL GERAL: No decorrer do exercício a Dívida Flutuante diminuiu em relação ao saldo vindo do exercício anterior na ordem de R\$ 15.318.173,56, uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 42.984.970,59, as inscrições totais foram de R\$ 30.640.582,71, os pagamentos no valor de R\$ 31.870.236,35 e cancelamentos no valor de R\$ 14.088.519,92. Em relação a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidados, houve inscrição no valor de R\$ 331.816,59 e baixa no valor de R\$ 331.816,59. O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 27.666.797,03

5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

5.a. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo na Demonstração da Dívida Flutuante.

5.b. Divulgações não financeiras:

Não há informações desta natureza.

5.c. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

5.d. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOCIEDER ARAUJO MINEIRO, JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ebp/validaDoc.seam> Código do documento: 771a8e33-7218-45df-9934-dd455bb9083b

Não houve erro ou omissão de registros, consequentemente não há informações desta natureza.

5.e. Recomendações aos Gestores e ao Controle Interno:

- Alertamos os gestores da educação para o tratamento dado pelo TCE-PE quanto a metodologia dada aos restos a pagar processados e não processados sem disponibilidade financeira que reduzem o montante do cálculo da aplicação dos 25% dos impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino e 15% nas despesas de ações de Saúde.

5.f. Descrição dos Itens Mais Relevantes dos Depósitos ao final de 2024:

Relevância	Descrição da Conta	Valor (R\$)
1º	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.220.684,40
2º	OUTROS CONSIGNATARIOS	565.132,08
3º	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	299.812,66

5.g. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Os cancelamentos de depósitos de diversas origens, são evidenciados na coluna de "baixa" no DDF.

6. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015, ATUALIZADA PELAS PORTARIAS MS/STN Nº 10.300, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022 E STN/MF Nº 1.569, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, atualizada pelas portarias MS/STN nº 10.300, de 1º de dezembro de 2022, e STN/MF nº 1.569, de 11 de dezembro de 2023, para cidades acima de 50.000 habitantes.

6.a Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	31/12/2017	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2021	Concluído
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	Imediato	Concluído

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOCIEDER ARAUJO MINEIRO, JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ebp/validaDoc.seam> Código do documento: 771a8e33-7218-45df-9934-dd453bb9083b

Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subaçõao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subaçõao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subaçõao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subaçõao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2023	Concluído
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subaçõao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subaçõao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subaçõao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subaçõao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subaçõao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subaçõao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subaçõao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subaçõao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOCIEDER ARAUJO MINEIRO, JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE
Acesso em: https://etce.tce.pe.gov.br/ebp/validaDoc.seam Código do documento: 771a8e33-7218-45df-9934-dd453bb9083b

Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subaçāo	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subaçāo	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subaçāo	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	20. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios sociais.			
Subaçāo	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2026	Em andamento
Ação	21. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros.			
Subaçāo	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2027	Em andamento
Ação	22. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Arrendamentos.			
Subaçāo	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2028	Em andamento
Ação	23. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.			
Subaçāo	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2028	Em andamento
Ação	24. NBCT SP 07 (R1) - Ativo Imobilizado Propriedade, Planta e Equipamento.			
Subaçāo	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2028	Em andamento
Ação	25. NBCT SP Estrutura Conceitual (R1).			
Subaçāo	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2030	Em andamento
Ação	26. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Receita.			
Subaçāo	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2030	Em andamento
Ação	27. Despesas de Transferência.			
Subaçāo	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	01/01/2030	Em andamento

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subaçāo	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subaçāo	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS).			
Subaçāo	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOCIEDER ARAUJO MINEIRO, JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ebp/validaDoc.seam> Código do documento: 771a8e33-7218-45df-9934-dd453bb9083b

1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS EM REGIME ESPECIAL.			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS PÚBLICOS.			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Fazenda	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário de Fazenda	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subaçao	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário de Fazenda	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:7038520
2458

Assinado de forma digital
por JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:70385202458

JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:0902139940
7

Assinado de forma digital
por JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:09021399407

JOÃO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE
Prefeito

JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO
Contador
CRC-PE Nº 027671/O-4